

Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Conceição da Barra - PMMA

1. SISTEMATIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico da Situação Atual de Conceição da Barra possibilitou a realização de uma Análise de SWOT/FOFA, a fim de identificar os aspectos que influenciam direta ou indiretamente sobre a Mata Atlântica neste Município. Logo abaixo, são apresentados os resultados da Análise que classificou como:

Pontos Fortes

- Biodiversidade;
- Diversidades de ambientes;
- Diversidade sociocultural e econômica;
- Existência de Unidades de Conservação com categorias variadas;
- Criação do Parque Natural Municipal Conceição da Barra;
- Criação e funcionamento do COMDEMA;
- Parcerias e relacionamento institucional da Prefeitura com UFES/CEUNES, ONGs (AMAR, Instituto Baleia Jubarte, Centro Sociocultural e Ambiental José Bahia, Instituto Ekobé, Meros do Espírito Santo) e Associações de base comunitária;
- Áreas cadastradas para implantação do Programa REFLORESTAR;
- Relacionamento institucional permanente com órgãos gestores da política ambiental (Polícia Militar Ambiental, IDAF, INCAPER, IEMA, ICMBIO);
- Grupo de Trabalho do PMMA atuante, com competências técnicas e administrativas;
- Existência de sociedade civil organizada no território do Município;
- Implantação da coleta seletiva pela prefeitura;
- Existência de brigada de incêndio das empresas de silvicultura;
- Programas de pesquisa e monitoramento da biodiversidade nas unidades de conservação e por parte das empresas de silvicultura nas áreas protegidas;
- Certificação das empresas de silvicultura;
- Viveiros existentes de mudas nativas;
- Turismo de baixo impacto;
- Pesca artesanal/sustentável.

Pontos Fracos

- Infraestrutura e pessoal reduzidos nas UCs e órgãos de extensão e fiscalização;
- Pouca sinalização dos atrativos turísticos;
- Ausência de Educação Ambiental na grade curricular e falta de articulação entre as iniciativas;
- Falta de setor específico e capacitado para tratar da Educação Ambiental no Município;
- Falta de continuidade e ramificação dos projetos já existentes;

- Baixa participação social nos Conselhos (APACB, PEI, REBIO, COMDEMA);
- Falta de senso coletivo/engajamento;
- Baixa sensibilização e conscientização ambiental (comunidade e turismo);
- Acessibilidade – dificulta fiscalização;
- Limitação financeira dos parceiros na execução de ações e projetos;
- Expansão imobiliária desordenada e invasões em áreas de restinga e mangue (APP);
- Grande extensão e expansão contínua das atividades de silvicultura e cana de açúcar;
- Concentração imobiliária na área rural;
- Baixa assistência técnica de extensão rural nos assentamentos rurais criados pelo Governo do Estado e INCRA;
- Falta de regularização dos territórios quilombolas;
- Utilização de madeira de lei sem registro de origem para plantio de pimenta;
- Ocorrência de incêndios florestais em áreas naturais;
- Falta de proteção dos recursos hídricos (APPs);
- Áreas de Preservação Permanente degradadas/desmatadas;
- Inexistência de controle e fiscalização do uso de agrotóxicos;
- Conflitos pelo uso da água;
- Falta de fiscalização e gestão do uso dos recursos hídricos;
- Falta de Sistemas de Tratamento de Esgoto na sede e nos distritos de Braço do Rio e do Cricaré e principais comunidades da zona rural;
- Sobrepesca dos recursos pesqueiros (pesca em período de defeso);
- Inserção de espécies exóticas e invasoras nos ecossistemas naturais (bagre africano, caramujo africano, acácia, eucalipto não clonado etc.);
- Extração ilegal de palmito;
- Caça e tráfico de animais silvestres;
- Captura de Animais silvestres para cativeiro;
- Fragmentação dos remanescentes de Mata Atlântica;
- Pouca arborização urbana, em especial nas praças, jardins, escolas e orla marítima.

Ameaças

- Extensão, concentração e expansão da monocultura;
- Incêndios Florestais por conflito de terra que atinge as áreas naturais;
- Assoreamento dos rios São Mateus e Itaúnas;
- Disposição inadequada de resíduos sólidos;
- Desemprego gerado pela mecanização agrícola;
- Uso inadequado da água para irrigação e projetos de grandes barragens nos rios São Mateus e Itaúnas;
- Falta de mecanismos e ferramentas de controle para a captação itinerante da água;
- Inexistência de Planos das Bacias Hidrográficas;
- Construção de Barragens/represamentos sem licença ambiental ou com estudos técnicos precários;

- Especulação imobiliária no distrito do Cricaré, devido o Projeto de pavimentação da estrada Meleiras X Barreiras pelo Programa Caminhos do Campo;
- Erosão costeira marinha e de margem dos rios São Mateus e Itaúnas;
- Manejo inadequado de monoculturas próximo a fragmentos florestais e comunidades tradicionais;
- Expansão de atividades de exploração mineral (petróleo, salgema, areia e argila), em áreas ambientalmente sensíveis ou em áreas naturais protegidas;
- Expansão portuária no litoral do Estado;
- Política estadual através do Programa Espírito Santo 2025 que incentiva a monocultura e grandes plantas industriais para a região como únicas oportunidades de geração de emprego e renda.
- Efeito das mudanças climáticas nos ecossistemas associados e área da sede do Município.

Oportunidades

- Possibilidade de ocorrer o manejo diferenciado e sustentável do eucalipto próximo aos limites de áreas protegidas e populações tradicionais;
- Criação de corredor ecológico na bacia do rio Itaúnas;
- Implementação de programas socioambientais;
- UFES/CEUNES, IFES e INCAPER com estudos científicos, de ensino e extensão rural;
- Ampliação do Programa REFLORESTAR no Município;
- Implantação e promoção de atividades de Turismo cultural, ecológico, religioso e rural;
- Melhoria das estruturas de acesso: pavimentação de vias públicas e travessia por balsa no rio Cricaré;
- Implantação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em mais de 50% do território;
- Pacto de Restauração pela Mata Atlântica;
- Compensações ambientais e medidas mitigadoras de licenciamento de empresas e atividades de silvicultura;
- Possibilidades de captação de recursos para educação ambiental e recursos hídricos;
- Existência de comitês de bacias hidrográficas (rio Itaúnas e rio São Mateus);
- Fomento e reconhecimento de RPPNs pelo Estado e pelo Município;
- Mata Atlântica do município está em uma localização estratégica entre os fragmentos significativos de Sooretama e Sul da Bahia.

2. DEFINIÇÃO DA VISÃO DE FUTURO

Durante as oficinas para execução da Análise de SWOT/FOFA foram identificados os cenários existentes e avaliados os cenários tendenciais e desejáveis, ou seja, construídos cenários alternativos de futuro. Com base em cinco eixos temáticos foi abordado o Cenário Tendencial condizente aquele sem o PMMA, e o Cenário Desejável correspondente aquele com prazo para 10 anos. Logo abaixo se encontra as tabelas com cada eixo temático,

contudo, vale ressaltar que por se tratar de um plano complexo, o PMMA deve ser formalmente revisto e atualizado num período de 5 anos.

G1 - Desenvolvimento Urbano		
Situação Atual	Cenário Tendencial	Cenário Desejável
Arborização e paisagismo deficiente nas áreas públicas (ruas, praças, orla e escolas)	Continuar deficiente ou haver piora na arborização	Ampliar a arborização com a implementação do PMMA e elaboração e imediata implantação do Plano Municipal de Arborização.
Ocupação irregular (invasões) de áreas de preservação permanente	Reduzir as invasões das áreas a medida em que o Projeto Rota do Manguezal seja executado	Execução do Projeto Rota do Manguezal
Projetos executivos conclusos e licenciamento ambiental em andamento para implantação do Parque Linear (Rota do Manguezal)	Obter licença prévia ambiental	De posse da licença ambiental obter recursos para executar o Projeto

G2 – Turismo		
Situação Atual	Cenário Tendencial	Cenário Desejável
Turismo de veraneio gerando renda de forma sazonal	Com as obras de urbanização da orla, a tendência é aumentar o número de visitantes e turistas no verão	Redução da sazonalidade turística, diversificando as atividades turísticas e eventos
Turismo cultural realizado em algumas comunidades gerando pouca renda local, com baixo impacto financeiro para a comunidade	Se manter estável ao longo do ano	Aproveitamento dessas oportunidades como forma de valorização da cultura e geração de renda para a comunidade local
Existência de turismo ecológico e de aventura concentrado apenas em Itaúnas	Crescimento ao longo dos anos	Ampliar a divulgação de outros pontos turísticos com potencial de exploração para as atividades de recreação e lazer em áreas naturais no município
Turismo de pesca esportiva inexistente	Ser criado e organizado através dos pescadores com vínculo ao meio ambiente	Desenvolvimento de forma organizada, gerando renda para os guias de pesca.

Turismo esportivo e náutico incipiente	Potencial de desenvolvimento pelas características hidrográficas, marítimas, além da existência de equipamentos e áreas propícias para prática de esporte	Desenvolvimento de ações voltadas à divulgação e fortalecimento das condições existentes
Turismo gastronômico pouco desenvolvido ou aproveitado	Crescimento em virtude das oportunidades relacionadas à riqueza gastronômica regional	Organização e fortalecimento do setor
Sinalização dos atrativos turísticos e naturais	Ser implantado programa de sinalização e divulgação dos atrativos e destinos turísticos no Município	Execução do Projeto de Sinalização Turística de Conceição da Barra
Turismo religioso existente pelas tradições de devotos de santos padroeiros	Ampliar em virtude da organização de eventos religiosos/evangélicos	Fortalecimento dos movimentos e datas festivas religiosas

G3- Pesca e Comunidades Tradicionais		
Situação Atual	Cenário Tendencial	Cenário Desejável
Sobrepesca (exploração de recursos naturais)	Manutenção do modelo de pesca atual	Respeito aos defesos – equilíbrio entre atividade pesqueira e estoques naturais e desenvolvimento de tecnologia de pesca mais sustentável
Pesca artesanal com setor desvalorizado e desmotivado	Migração para outras atividades, inclusive pesca exploratória	Cadeia produtiva organizada
Baixa organização das associações de pesca, populações tradicionais e pequenos produtores rurais	Enfraquecimento ainda mais dos setores	Organização e fortalecimento dos setores
Extração ilegal de recursos florestais e caça indiscriminada	Manutenção da extração ilegal	Redução da pressão sobre os recursos florestais e fauna
Falta de zoneamento pesqueiro e necessidade de ampliação de estudos quanto aos períodos de defeso	Redução de estoque pesqueiro e da diversidade de espécies	Criar o zoneamento com fiscalização eficaz e revisão do período de defeso.

G4 – Setor Agropecuário		
Situação Atual	Cenário Tendencial	Cenário Desejável
Uso do solo prioritário para monoculturas (eucalipto, cana e pasto)	Crescimento do plantio de eucalipto e redução de áreas de pasto e cana	Diversificação de culturas e ampliação de agricultura familiar, respeitando as áreas protegidas (APP e RL)
		Limitação em 40% do território do município para cultura de eucalipto e adequação e não plantio em áreas prioritárias para conservação e recuperação
Concentração fundiária	Permanência da concentração	Redução dos conflitos entre as populações rurais e os grandes latifúndios
Assentamentos com baixa produtividade	Permanência da baixa produtividade	Ampliação da produtividade a partir de tecnologias e diversificação da matriz produtiva
Deficiência na regularização ambiental das propriedades rurais	Regularização de grandes propriedades realizadas a partir dos dados do CAR	Adequação ambiental das propriedades rurais
Implantação de barramentos de água e poços escavados sem as devidas licenças e ou com estudos insuficientes	Aumento do número de barragens e poços escavados	Maior controle e monitoramento, identificando as ocorrências e encaminhando para as autoridades
Incentivo a conservação e recuperação dos ecossistemas da Mata Atlântica por meio do Programa Estadual REFLORESTAR	Ampliação do número de propriedades atendidas	Concretização da execução dos projetos nas propriedades rurais cadastradas e incentivo a criação de RPPNs
Degradação da cobertura vegetal nas áreas de preservação permanente	Ampliação da degradação das APP	Aumento da cobertura vegetal nas áreas de recarga e nascentes, com o controle de espécies invasoras

G5 - Gestão Ambiental (capacitação, educação, articulação, fortalecimento conselho etc.)		
Situação Atual	Cenário Tendencial	Cenário Desejável
Inexistência de formação continuada na área ambiental dos professores	Desatualização dos professores e técnicos em geral	Fortalecer as parcerias e que aconteça qualificação profissional, através da criação de programas de capacitação continuada

Educação Ambiental: desenvolvimento de ações com agentes isolados	Aumento das ações de Educação Ambiental, porém de forma isolada e descontínua	Criação de um Programa Municipal de Educação Ambiental
Criação do Parque Natural Municipal de Conceição da Barra – PANM/CB	Utilização da área para pesquisa e atividades de Educação Ambiental	Implantação de estrutura que possa proporcionar e incentivar ações de pesquisa e educação ambiental
Inexistência da regulamentação do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUNBARRA)	Regulamentação do FUNBARRA com previsão de recursos ordinários, parcerias, medidas compensatórias, Compensações Ambientais, doações, Taxa de Preservação Ambiental, entre outras	FUNBARRA regulamentado pelo COMDEMA, com recursos para apoio à gestão ambiental e implementação do PMMA
Falta de setor público municipal específico para execução de ações de Educação Ambiental	Ser criada estrutura conjuntamente entre Secretaria de Meio Ambiente e Educação	Promover a integração entre as Secretarias de forma que seja criado um setor responsável pela elaboração e execução de ações de cunho ambiental
Existência do COMDEMA	Falta de comprometimento e participação ativa de alguns conselheiros	Participação efetiva de todos conselheiros
Parceiros técnico e financeiro insuficientes para implantação do PMMA	Ampliação das parcerias	Fortalecimento das parcerias existentes e ampliação de novas parcerias para melhoria da gestão ambiental no Município
Equipe com capacidade de atendimento limitada para execução da política ambiental	Ampliar a estrutura e equipe técnica	Contratação de profissionais por meio de concurso público específico para ações ambientais
Realização de pesquisas científicas com divulgação dos resultados limitados	Resultado das pesquisas isoladas com pouca divulgação e dificuldade de acesso dos resultados pelas escolas, comunidades e instituições	Integrar as informações em um banco de dados público de pesquisas e incentivar a realização de pesquisas voltadas a implementação do PMMA

Em virtude dos cenários supracitados foi definida como visão de futuro para o PMMA de Conceição da Barra:

“Ser referência na gestão territorial sustentável, conciliando a conservação e recuperação do Bioma Mata Atlântica e seus recursos hídricos, com o desenvolvimento econômico, social e cultural, de forma participativa e justa”.

3. DIRETRIZES GERAIS DE PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DE CONCEIÇÃO DA BARRA

- Compatibilizar o desenvolvimento sustentável do Município com a proteção da Mata Atlântica, incluindo incentivos a serem ofertados aos que conservem os recursos ambientais no território municipal;
- Promover a articulação com outras políticas públicas e ações municipais, estaduais e federais, com destaque para necessária revisão do Plano Diretor Municipal;
- Intensificar a fiscalização visando o licenciamento e regularização de loteamentos e edificações, de forma a harmonizá-las e impedir os processos de degradação dos remanescentes de vegetação nativa;
- Garantir que o PMMA e as ações aqui propostas sejam respeitados e inseridos nas análises técnicas dos processos de licenciamento ambiental e de atividades agrosilvopastoril;
- Utilizar o PMMA como orientador para o estabelecimento das condicionantes exigidas nos processos de licenciamento;
- Dotar as Secretarias Municipais envolvidas com informações relevantes e periodicamente atualizadas, para que possam implementar os dispositivos legais contidos na Lei da Mata Atlântica, especialmente mediante a localização da vegetação ou paisagem a ser conservada ou recuperada;
- Contemplar, além de ações corretivas, ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da Mata Atlântica;
- Tornar público dados existentes sobre a situação da cobertura florestal e de uso e ocupação da terra, visando a promoção da conservação e a restauração de importantes remanescentes de Mata Atlântica do Município;
- Fomentar a proteção e a recuperação das áreas definidas como prioritárias, áreas de risco geotécnico, entorno das Unidades de Conservação de Proteção Integral, áreas de preservação permanente, mananciais hídricos, áreas de uso tradicional, de risco climático, além das regiões de relevante valor paisagístico e cênico;
- Sempre que possível e de forma efetiva, aplicar ações e medidas de adaptação do ambiente baseadas em ecossistemas (AbE);
- Estabelecer e inserir estratégias para viabilização financeira das ações do PMMA, principalmente vinculadas a partir da criação e fortalecimento do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUNBARRA);
- Garantir recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUNBARRA) para aplicação em ações definidas no PMMA;
- Utilizar o PMMA como um dos critérios para definição de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUNBARRA);
- Estabelecer a partir do Conselho Municipal de Meio Ambiente, a criação de Câmara Técnica da Mata Atlântica e que esta seja uma instância permanente de implementação e monitoramento das ações propostas no PMMA;
- Promover o uso sustentável e a repartição de benefícios a partir dos recursos naturais;
- Colaborar na elaboração, revisão e implementação dos Planos de Manejo das UCs;

- Compatibilizar as atividades de turismo, recreação e lazer com a conservação e recuperação da Mata Atlântica;
- Compatibilizar as atividades agropecuárias e outras na zona rural com a conservação da Mata Atlântica;
- Fomentar o desenvolvimento e implantação de Sistemas Agroflorestais - SAFs, Agricultura Orgânica, Permacultura, entre outras práticas conservacionistas no meio rural e urbano;
- Promover a ampla divulgação do PMMA e da sua implementação;
- Fomentar e implementar ações de cunho de Educação, Interpretação e Sensibilização Ambiental;
- Incentivar a realização e divulgação de pesquisas científicas e de extensão, bem como seus resultados por meio de seminários, workshop, mesas de debate, entre outros meios.

4. ESTRATÉGIAS E AÇÕES

As estratégias e ações apresentadas abaixo correspondem a cada eixo temático identificado para o PMMA:

MC/ AbE	Estratégias	cód.	Ações	Metas	Grau de Prioridade	Justificativas	Atores envolvidos	Previsão de Recursos e Fontes	Exigências Legais	Prazos	Indicadores	anos						
												2016	2017	2018	2019	2020	2021	
EIXO TEMÁTICO 1: DESENVOLVIMENTO URBANO																		
Estratégia 1 - Elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana	ET1E 1A1	Firmar parcerias para apoio à elaboração e implantação do Plano (Universidades, Instituições de Ensino, ONGs...)	Três parcerias firmadas	Alta	Baixa quantidade e de árvores em meio urbano	PMCB; CEUNES; EKOBÉ; Secretarias; Centro Sócio Cultural e Ambiental José Bahia, IDERMA.	Medidas Compensatórias das empresas	PDM, Legislação vigente	até dezembro 2017	número de parcerias e convênios firmados								
	ET1E 1A2	Utilização de espécies da Mata Atlântica em áreas municipais	Utilização de 100% de espécies nativas plantadas em áreas municipais	Alta	Menor custo; Adequação das espécies com o meio onde serão plantadas	PMCB; CEUNES; ONGs; SMDEMA	Dotação orçamentária	Legislação vigente	Contínuo	Número de espécies plantadas ; Área (m2) de espaços públicos plantados com espécies nativas; número de espécies nativas plantadas em relação ao total								



ET1E 1A3	<p>Buscar parcerias para criação do Viveiro Municipal/ Horto Florestal, com produção de mudas nativas não só para o Plano de Arborização Urbana, mas também demais ações de restauração do PMMA.</p>	Criação do viveiro	Média	<p>Inexistência de viveiro municipal/ fornecimento de mudas para o Plano de Arborização e criação de áreas verdes e paisagismo.</p>	<p>INCAPER; IEMA; SMDEMA; IDERMA; FLONA Rio Preto; Centro Sócio Cultural e Ambiental José Bahia</p>	<p>Empresas com atividades no Município; Convênios</p>	<p>Legislação Estadual; Convênios com a Prefeitura</p>	<p>2018, Contínuo</p>	<p>número de espécies produzidas, quantidade de mudas</p>						
ET1E 1A4	<p>Catologação de espécies existentes e matrizes de sementes na Mata Atlântica, viabilizando a utilização das mesmas no Plano de Arborização</p>	<p>Obter registros de espécies que vão compor o projeto; obter registro de matrizes de sementes para o viveiro</p>	Média	<p>Melhor utilização e adequação das espécies às áreas onde serão utilizadas</p>	<p>PMCB; CEUNES; IFES</p>	<p>Dotação orçamentária</p>	<p>Leis Municipais e Federais</p>	<p>2018</p>	<p>Número de espécies catalogadas; Número de matrizes de sementes</p>						
ET1E 1A5	<p>Elaborar Plano de Arborização Urbana, incluindo praças, vias públicas, orla, escolas e outras áreas públicas</p>	<p>Plano elaborado e em implementação</p>	Alta	<p>Melhorar a qualidade de vida; Proporcionar embelezamento da cidade; atrativo turístico</p>	<p>PMCB (Projetos com especificações técnicas), envolvendo todas as praças; Empresas (parcerias com recursos e até mesmo mão de</p>	<p>Recurso Municipal com previsão orçamentária; Compensação Ambiental; Parcerias</p>	<p>Previsão orçamentária; Legislação Municipal (previsão/ criação de Multas; Projetos adaptados ao PDM)</p>	<p>2017, contínuo</p>	<p>Plano elaborado; indicadores específicos do Plano de Arborização</p>						



						obra); ONGs	de empresas com divulgação de suas marcas nas praças										
Estratégia 2 – incentivar construções ecologicamente corretas	ET1E 2A1	Criação do "IPTU Verde", com desconto de IPTU para construções que mantenham taxas de permeabilidade, arborização, reuso de água.	30% de residências urbanas beneficiadas pelo IPTU verde	Média	Motivar as pessoas a construir em de forma mais sustentável; aumentar a taxa de permeabilidade e arborização	PMCB; Câmara legislativa; Comunidades/ população	orçamento; arrecadação	Legislação municipal (área tributária); PDM	2018, Contínuo	Taxa de permeabilidade do município; número de imóveis com desconto de IPTU							
Estratégia 3 - Execução do projeto Rota do Manguezal	ET1E 3A1	Licenciamento ambiental do projeto	projeto aprovado pelos órgãos ambientais	Alta	Necessidade de licenciamento para continuidade do projeto que protege o mangue na área urbana de invasões (inclusive em áreas	PMCB; IEMA; Governo do Estado	orçamento	Legislação ambiental vigente	2016	licenças obtidas; condicionantes							
	ET1E 3A2	Obtenção de recursos e execução do projeto	Execução de 100% do projeto	Média		PMCB; Governo do Estado	captação junto ao setor privado e governo do Estado		2017-2019	recursos levantados; % do projeto executada							



					de risco), além de dotar a área com calçada e ciclovia.												
Estratégia 4 - Recuperação de Áreas de Preservação Permanente, áreas degradadas e mananciais de abastecimento público.	ET1E 4A1	Restauração de nascentes na área urbana e entorno	100% de nascentes recuperadas na área urbana e seu entorno próximo	Alta	Manutenção da disponibilidade hídrica	PMCB, Universidades e ONGs	orçamento; compensações; FUNBARRA	Código Florestal	2017-2021	% de nascentes restauradas							
	ET1E 4A2	Recuperação das APPs hídricas na área urbana	50% das APPs de pequenos cursos d'água que atualmente encontram-se degradadas recuperadas	Alta	Manutenção da disponibilidade hídrica	PMCB, Universidades e ONGs	orçamento; compensações; FUNBARRA		2017-2021	% de APPs recuperadas							
EIXO TEMÁTICO 2: GESTÃO AMBIENTAL																	
Estratégia 1 - Programa Municipal de Educação Ambiental	ET2E 1A1	Reunir profissionais de diversas áreas para elaboração do Programa; consolidar o Programa	Programa Municipal de EA elaborado	Alta	Integração e continuidade de das ações de EA	Secretaria de Educação e Meio Ambiente, UFES, IFES, ONGs, Comunidades Tradicionais	Parceiros, FUNBARRA, Compensação Ambiental	Política Municipal de Meio Ambiente; Plano Federal de Educação Ambiental	2017, contínuo	Elaboração do programa; indicadores específicos definidos para o Programa							
	ET2E 1A2	Promover a integração entre as Secretarias de forma que seja criado um setor	Instituição de um setor responsável na PMCB	Alta	É necessário ter um grupo responsável pelo	Secretaria de Educação e Meio Ambiente	Orçamentária	Legislação relacionada	2016, contínuo	Criação do setor específico; ações desenvolvidas							

		público responsável para execução de ações de Educação Ambiental			desenvolvimento das ações e consolidação do Programa Municipal de EA, para garantir a sua efetividade.												
	ET2E 1A3	Promover a Formação Continuada dos professores dentro do programa de EA	Capacitar anualmente professores e profissionais técnicos	Média	É necessária a qualificação e atualização constante dos atores.	Secretaria de Educação e Meio Ambiente, UFES, IFES, ONGs, Comunidades Tradicionais	FUNBARRA, Compensação Ambiental, Parceiros	Diretrizes do MEC	2017, Contínuo	Número de capacitações e número de pessoas capacitadas							
Estratégia 2 - Implementação do Parque Natural Municipal de Conceição da Barra (PANM/CB)	ET2E 2A1	Estruturar o PANM/CB para ações de pesquisa e educação ambiental	Reformar a sede, criando um centro de visitação; estruturação das trilhas; sinalização do parque e trilhas	Alta	Viabilizar o uso do espaço e o desenvolvimento de atividades	Prefeitura Municipal; ONGs; Universidades	Convênios, Compensação Ambiental, FUNBARRA	Leis e Decretos Municipais, SNUC, SISEUC	2017	Número de projetos de infraestrutura executados; número de visitantes/ano no parque							

	ET2E 2A2	Elaborar o Plano de Manejo	Captação de recursos; elaboração de Termo de Referência; PM elaborado	Média	O PM é um documento essencial para a gestão do PANM/CB	PMCB; ONGs; Universidades	Editais; Compensação Ambiental, parcerias	SNUC, SISEUC	2019	Plano elaborado; indicadores específicos do PM							
Estratégia 3 - Fortalecimento do COMDEMA	ET2E 3A1	Divulgação do COMDEMA; Proposta de alteração de sua composição (criação de nova lei)	Participação ativa dos diferentes setores do Município	Alta	Necessário para o funcionamento efetivo do Conselho	PMCB; Conselheiros	FUNBARRA; Convênios	Legislações pertinentes	Contínuo	Grupos de trabalho e Câmaras técnicas instituídos; presença nas reuniões							
	ET2E 3A2	Capacitação dos conselheiros para a implantação da gestão ambiental municipal, incluindo o PMMA e execução das ações propostas, através de palestras, seminários e oficinas.	Realizar 2 eventos de capacitações dos conselheiros/ano	Alta	Esclarecer a atuação dos Conselheiros dentro do COMDEMA e capacitá-los para tal	Todos os setores	parcerias, FUNBARRA; Convênios	Estatuto	Contínuo	Número de capacitações realizadas; número de conselheiros participantes							
	ET2E 3A3	Criação da Câmara Técnica PMMA, que será responsável por	CT-PMMA criada e atuante	Média	Fortalecimento e monitoramento da implantação	COMDEMA	FUNBARRA	Regimento Interno	Contínuo	CT-PMMA criada; número de reuniões por ano da							

		apoiar e monitorar a implementação das ações do plano.			ção do PMMA					CT; número de participantes atuantes na CT.					
	ET2E 3A4	Regulamentação do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Conceição da Barra - FUNBARRA, com previsão de recursos ordinários, parcerias, medidas compensatórias, Compensações Ambientais, doações, Taxa de preservação ambiental, TCFA, entre outras	FUNBARRA operando com recursos para implantação das ações do PMMA	Alta	Fomentar as ações previstas no PMMA e outras de interesse para o meio ambiente de CB	PMCB; Instituições públicas e privadas; COMDEMA	Multas; Parcelas no orçamento municipal; taxa de preservação ambiental; TCFA; compensações etc.	Código de meio ambiente de CB	2017, contínuo	Regulamentação criada; quantidade e de recursos; número de ações executadas com recursos do FUNBARRA					
Estratégia 4 - Incentivo e Organização das Pesquisas Científicas e de Extensão	ET2E 4A1	Criação de um banco de dados público das pesquisas e estudos realizados no município.	Catalogar todas as pesquisas já realizadas e divulgar	Baixa	Divulgação das pesquisas (consciência cidadã); Definição das áreas prioritárias	Instituições de Pesquisa e Extensão, pesquisadores acadêmicos; PMCB	FAPES; FUNBARRA	Código Municipal de Meio Ambiente	2018, Contínuo	Número de pesquisas/ estudos registrados no BD					

	ET2E 4A2	Divulgação e Disponibilização dos Resultados das Pesquisas do banco de dados	100% das pesquisas disponibilizadas no banco de dados divulgadas	Baixa	Conhecimento público	Pesquisadores acadêmicos; PMCB	FUNBARRA; FAPES	Código Municipal de Meio Ambiente	2018, Contínuo	Número de acessos ao BD; Número de notícias e outras formas de divulgação sobre as pesquisas						
	ET2E 4A3	Incentivar a realização de pesquisas voltadas à implementação do PMMA	1 pesquisa por ano relacionada ao PMMA; 2 parcerias firmadas com instituições de pesquisa	Média	fortalecimento na definição e execução das áreas prioritárias; fomentar Pesquisas sobre manejo dos recursos florestais e de estudos técnicos para análise dos efeitos das mudanças climáticas em Conceição da Barra.	PMCB; COMDEMA, Universidades e instituições de pesquisa	FUNBARRA; FAPES; outros recursos de pesquisa das instituições de pesquisa	Legislações pertinentes	Contínuo	Número de pesquisas/ estudos relacionados ao PMMA; Número de parcerias para fomento a pesquisa						

Estratégia 5 - Regularização de processos de licenciamento ambiental de Conceição da Barra	ET2E 5A1	Levantamento de processos de licenciamento ambiental de CB realizados pelo Estado	Catalogar todos os licenciamentos ambientais realizados no Município	Média	identificar o que não está licenciado e que gera impacto local; verificar as condicionantes.	PMCB; IEMA; Governo do Estado	PMCB; IEMA	Legislações pertinentes	2017, Contínuo	número de processos levantados e avaliados						
	ET2E 5A2	Fiscalização e operação conjunta com IEMA para regularização de empreendimentos não licenciados ou que não estejam cumprindo as condicionantes	Operações conjuntas anuais para regularização	Média	controle e diminuição dos impactos gerados pelos empreendimentos ilegais.	PMCB; IEMA; Governo do Estado	PMCB; IEMA	Legislações pertinentes	2017, Contínuo	número de processos de regularização						
Estratégia 6 – Ampliar parcerias técnicas e financeiras para implantação das ações do PMMA	ET2E 6A1	Fortalecer as parcerias/convênios existentes; buscar novas parcerias, tanto técnicas, como financeiras	5 parcerias para execução do PMMA firmadas até 2021	Alta	as parcerias são fundamentais para viabilizar as ações do PMMA.	PMCB; ONGs; Universidades; Empresas; Governo Estadual	advindas das parcerias	Legislação vigente	Contínuo	número de parcerias e convênios firmados; quantidade e de ações executadas com apoio dos parceiros						
Estratégia 7 - Ampliação do quadro de funcionários da	ET2E 7A1	Identificação dos postos necessários e realização de	realização de um concurso público para contratação de	Alta	Hoje o quadro é insuficiente e para	PMCB	Dotação orçamentária	Legislação vigente	2017	Número de funcionários da Secretaria						

Secretaria de Meio Ambiente e formação continuada		concurso público para contratação	3 técnicos		atender às demandas												
	ET2E 7A2	Incentivar a continuidade de capacitação da equipe, através de convênios, cursos livres, seminários etc.	cada funcionário participando de pelo menos duas capacitações anuais	Média	é necessário que os técnicos fiquem atualizados para execução das ações	PMCB, outras instituições	parcerias, PMCB	-	Contínuo	número de participações em capacitações							
Estratégia 8. Implementação do monitoramento e avaliação do PMMA e divulgação dos resultados do mesmo	ET2E 8A1	Detalhar e Implantar o plano de monitoramento e avaliação do PMMA	Plano de Monitoramento e avaliação implantado	Alta	Para implementação efetiva das ações do PMMA é necessário o monitoramento e avaliação periódicos	CT-PMMA	-	-	2016, contínuo	Plano implantado ou não							
	ET2E 8A2	Divulgação dos produtos, programas e resultados das estratégias e ações do PMMA para a sociedade em geral	20% da população conhecendo o PMMA e acompanhando seus resultados	Média	A opinião pública é importante e para que as ações sejam efetivadas.	PMCB, COMDEMA e parceiros	PMCB e parcerias	Legislação vigente	2016, contínuo	% da população alcançada pela divulgação ; número de ações e publicações de divulgação							

	ET2E 8A3	Avaliação anual do PMMA pelo COMDEMA. A CT-PMMA em conjunto com a PMCB deverá elaborar relatório de monitoramento para avaliação do Conselho	Avaliação anual realizada	Alta	A avaliação anual permite corrigir rumos, alterar metas e direcionar ações.	COMDEMA, CT-PMMA, PMCB	-		2016, permanente	PMMA avaliado anualmente						
	ET2E 8A4	Revisão do PMMA a cada 5 anos	PMMA revisado a cada 5 anos	Baixa	A revisão permite adequar as estratégias e ações, bem como áreas prioritárias, acompanhando as mudanças na realidade do município e os avanços alcançados na implantação do PMMA	PMCB, COMDEMA	-		2021	PMMA revisado						

EIXO TEMÁTICO 3: TURISMO

Estratégia 1 - Fomento do turismo de Natureza, Aventura, cultural, religioso, esportivo, gastronômico, pesca esportiva, náutico, de modo a ampliar a geração de emprego e renda e diminuir a sazonalidade	ET3E 1A1	Criação de calendário de eventos ao longo do ano de modo a reduzir a sazonalidade	Calendário com atividades atraentes ao longo do ano	Alta	Diminuir a sazonalidade de modo a minimizar a pressão sobre os recursos naturais e aumentar a geração de emprego e renda.	Trade turístico, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, Governo do Estado	PMCB, Parcerias	-	Contínuo	Calendário instituído; Número de eventos e público abrangido ao longo do ano						
	ET3E 1A2	Ampliar a divulgação de outros pontos turísticos com potencial de exploração para as atividades de lazer em áreas naturais do município (incluindo ecoturismo e aventura).	Três produtos diferenciados de ecoturismo e aventura (fora de Itaúnas) operando	Média	Necessidade de ampliar as atividades de ecoturismo, diminuindo a pressão somente em Itaúnas nas temporadas.	Trade turístico, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, Governo do Estado	PMCB, Parcerias	Legislação vigente	2017, contínuo	Número de produtos de ecoturismo operando; número de ecoturistas						
	ET3E 1A3	Realizar um evento anual de pesca esportiva no rio Cricaré	Promover um número considerável de turistas de	Média	Desenvolver turismo de pesca esportiva	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente,	PMCB, Parcerias	Legislação vigente	2018, contínuo	Número de turistas de pesca esportiva;						

		em conjunto com os pescadores	pesca esportiva no local		de forma organizada, beneficiando os pescadores locais e comunidades tradicionais	colônia de pescadores e comunidades				número de pescadores envolvidos na operação						
	ET3E 1A4	Realizar eventos de esportes náuticos no rio Cricaré	Promover um número considerável de praticantes de esportes náuticos no local	Média	Ampliar as atividades de esportes náuticos utilizando o potencial natural e existência de equipamentos no local	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente e comunidades	PMCB, Parcerias	Legislação vigente	2018, contínuo	Número de praticantes de esportes náuticos; número de moradores envolvidos na operação						
Estratégia 2 - Apoio às comunidades tradicionais para o desenvolvimento de turismo cultural e gastronômico	ET3E 2A1	Fortalecer e divulgar as festividades/manifestações culturais e religiosas	Divulgação e apoio a no mínimo 4 festividades/manifestações	Baixa	Fortalecimento e manutenção da cultura local	Comunidades, PMCB e parceiros	PMCB, Parcerias	-	2018, Contínuo	Número de festividades apoiadas						
	ET3E 2A2	Mapeamento das comunidades com potencial para trabalhar	Mapeamento de todos os potenciais de produção gastronômica	Média	Incentivo à produção local e manutenção	Comunidades, PMCB e parceiros	PMCB, Parcerias	-	2017	Número de comunidades mapeadas; número de						

		produtos da gastronomia tradicional	tradicional		ção da gastronomia tradicional					produtos identificados					
	ET3E 2A3	Fomentar a gastronomia tradicional, através dos eventos, quando deverá ser priorizado a oferta de alimentos produzidos pelas comunidades mapeadas em ET3E2A2	Inserção de produtos tradicionais locais em 80% dos eventos	Média		Comunidades, PMCB e parceiros	PMCB, Parcerias	-	2017, Contínuo	Número de eventos contemplando produtos gastronômicos locais					
Estratégia 3 - Formação de multiplicadores sobre a conservação da Mata Atlântica e sua biodiversidade para o recebimento do turista	ET3E 3A1	Curso de capacitação para pessoas do setor turístico	60 multiplicadores formados a cada dois anos	Média	Melhorar a qualidade ambiental do turismo e divulgar o patrimônio ambiental de CB	PMCB; Setor turístico e turistas	PMCB; Parcerias	-	2018 e 2020	Número de multiplicadores formados					
Estratégia 4 - Obtenção de recursos através da TPA	ET3E 4A1	Cobrança de Taxa de Preservação Ambiental, a ser direcionada ao FUNBARRA - Inicialmente	Obtenção de no mínimo R\$500mil /ano através da TPA	Alta	Arrecadação para implementação do PMMA e demais ações	PMCB, turistas e trade turístico	Turistas	Legislação vigente	2017, contínuo	recursos levantados pela TPA					

		deverá ser realizado estudo para definir valores e locais para cobrança			ambientais											
Estratégia 5 - Melhoria da infraestrutura em relação à sinalização	ET3E 5A1	Execução do projeto de sinalização turística de CB	Inserção de placas de sinalização em 100% dos pontos turísticos	Alta	Implantação necessária ao turismo	Secretaria de Estado de Turismo, PMCB	PMCB	Legislação vigente	2016	Número de atrativos sinalizados						
EIXO TEMÁTICO 4: PESCA E COMUNIDADES TRADICIONAIS																
Estratégia 1 - Desenvolvimento da aquicultura (peixes da região / não exóticos)	ET4E 1A1	Estudos e implantação de cultivos de espécies nativas (peixes, crustáceos e moluscos). Manter o acompanhamento e extensão de tecnologia para os produtores.	3 estudos produtivos das espécies identificadas	Baixa	Redução dos estoques pesqueiros; Geração de renda das comunidades tradicionais; Pressão nos recursos naturais, devido a falta de oportunidade nos outros setores produtivos.	UFES; SEBRAE; INCAPER; SMDEMA; Pescadores	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES); Editais	Legislação vigente	2018-20	número de estudos realizados e número de espécies estudadas						



Estratégia 2 - Estudo reprodutivo das espécies em nível local (não exóticos e espécies invasoras)	ET4E 2A1	Estudo do balanço produtivo das espécies escolhidas; estudos de ictiofauna dos rios locais.	2 Estudos concluídos e apresentados.	Alta	Adequar os processos de captura e cultivo; Identificar as espécies com melhor custo/benefício; Extensão de tecnologias sustentáveis de captura (exemplo: grelha seletiva no balão).	UFES; INCAPER; Pescadores	FAPES; Editais	Legislação de pesquisa	2017-18	número de estudos realizados e número de espécies estudadas								
Estratégia 3 - Zoneamento e acordo de pesca (delimitação de áreas / zonas de exclusão)	ET4E 3A1	Apoio ao IEMA para realização do zoneamento e acordo de pesca nos rios Itaúnas e Cricaré (PEI e APA CB)	Zoneamento em elaboração pelo IEMA	Alta	Identificar e respeitar os berçários naturais; Diminuir os conflitos entre as categorias de pesca	Pescadores; Colônia Z1; IEMA; Associações; órgãos Públicos; Ministério Público; SMDEMA.	IEMA	Legislação Estadual e Federal	2019	Zoneamento e acordos elaborados								

Estratégia 4 - Articulação para delimitação e certificação dos territórios tradicionais quilombolas	ET4E 4A1	Articulação junto aos órgãos federais e estaduais para a delimitação e certificação das comunidades quilombolas.	7 comunidades em processo de delimitação pelos órgãos competentes	Alta	A comunidade de quilombola tem direitos legais; a delimitação dos territórios também diminuiria os conflitos	Comunidades quilombolas, INCRA, INCAPER, IDAF, MEC, Fundação Palmares	-	Legislação vigente sobre comunidades tradicionais	2017-2020	número de comunidades delimitadas						
Estratégia 5 – Fortalecimento da participação social	ET4E 5A1	Garantir recursos do FUNBARRA para apoio da participação das comunidades no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Fóruns relacionados a proteção e conservação da Mata Atlântica.	participação de representantes das comunidades em todas as reuniões do conselho de meio ambiente participação de representantes das comunidades em fóruns relacionados	Alta	As comunidades devem se apropriar e participar das discussões sobre meio ambiente e são importantes para a implantação do PMMA.	Comunidades tradicionais, COMDEMA, PMCB	FUNBARRA	-	2016, contínuo	número de participações da comunidade e em reuniões do Conselho; recurso disponibilizado						
	ET4E 5A2	Realizar reuniões do Conselho Municipal de	realização de reuniões nas comunidades uma vez ao ano	Média	amplia a participação das comunidades	Comunidades tradicionais, COMDEMA, PMCB	-	-	2017, contínuo	Número de reuniões realizadas nas						

		Meio Ambiente nas comunidades tradicionais.			des e divulgação do COMDEM A para a sociedade em geral					comunidades tradicionais					
Estratégia 6 – Ampliar e melhorar a fiscalização, através de ações preventivas e educativas	ET4E 6A1	Educação preventiva com a realização de palestras, elaboração de material educativo, aproximação dos órgãos fiscalizadores municipais, estaduais e a comunidade local.	2 campanhas anuais (sobre extração ilegal de recurso florestais; e caça e pesca/defeso)	Alta	redução da pressão sobre os recursos naturais	Comunidades, PMCB e parceiros	PMCB, Parcerias	-	2017, contínuo	Número de palestras realizadas, material educativo elaborado; num. Participantes					

EIXO TEMÁTICO 5: SETOR AGROPECUÁRIO

Estratégia 1 - Incentivar a implementação do CAR e regularização ambiental das pequenas propriedades inseridas nas áreas prioritárias	ET5E 1A1	Levantamento das propriedades cadastradas nas áreas prioritárias e realização do CAR para as pequenas propriedades ainda não cadastradas.	Levantamento de todas as pequenas propriedades inseridas nas áreas prioritárias; Convênio com IDAF para realização do CAR nas áreas prioritárias	Alta	Ter conhecimento do andamento do CAR, para estabelecer demais estratégias nas áreas prioritárias	SMDEMA; IDAF	PMCB, IDAF	Lei Florestal vigente	até 2017	Número de propriedades com CAR; % de propriedades com CAR em relação ao total nas áreas prioritárias					
---	----------	---	--	------	--	--------------	------------	-----------------------	----------	--	--	--	--	--	--

	ET5E 1A2	Apoio à adequação ambiental das pequenas propriedades rurais, principalmente aquelas localizadas nas áreas prioritárias; Estabelecimento de parceria com INCAPER	10 propriedades por ano	Média	A adequação ambiental promove a recuperação de APPs e RL	IDAF; SMDEMA; INCAPER	PMCB; INCAPER; parceiros	Lei Florestal vigente	2017, contínuo	Número de propriedades atendidas; área (em ha) adequada em relação ao total					
	ET5E 1A3	Mapeamento e indicação de propriedades para participação no Programa Estadual Reflorestar	indicação do número total de propriedades estabelecido anualmente pelo IEMA para o município	Alta	Possibilita melhorias ambientais nas propriedades e PSA	IEMA, SMDEMA	IEMA	Legislação Estadual	2016, contínuo	Número de propriedades atendidas pelo Reflorestar; área (em ha) das propriedades atendidas					
Estratégia 2 - Promover a recuperação das áreas degradadas em APP	ET5E 2A1	Promover o plantio de espécies nativas cujas populações estejam em declínio, adotando medidas que favoreçam seu enriquecimento	50 hectares enriquecidos	Baixa	Enriquecimento de algumas áreas que foram alteradas e estão longe de fragmentos maiores	IDAF; PMCB; ICMBIO; IEMA; proprietários e outros parceiros	Parcerias	Legislação específica	2017, contínuo	ha de Área enriquecida					

					recuperaç ão e conservaç ão das áreas													
Estratégia 3 - Promover a diversificação das culturas e plantio sustentável	ETSE 3A1	Regulamentaçã o municipal, estabelecendo o limite de 40% do território para cultura de eucalipto e adequação e não plantio em áreas prioritárias para conservação e recuperação	Regulamentaçã o estabelecida e aprovada	Alta	Atualment e o município já está no limite da expansão da monocultu ra de eucalipto.	PMCB; Câmara legislativa.	-	Lei orgânica, PDM	2016	Legislação aprovada e em vigor								
	ETSE 3A2	Fomento à agricultura familiar, com diversificação de culturas e plantio de orgânicos e/ou SAFs	Atender 40 propriedades familiares	Média	Atualment e o município possui baixa diversidad e de culturas e alta concentra ção fundiária. Ampliar a produtivid ade e renda dos agricultore s familiares	Proprietários familiares; assentamentos ; PMCB; INCAPER; ONGs; parceiros	Parceiros	-	2017, contín uo	número de propriedad es apoiadas; produção orgânica								



					poderia ajudar a diminuir os conflitos com os grandes latifúndios												
Estratégia 4 - Manutenção dos Recursos Hídricos	ET5E 4A1	Levantamento e regularização de barragens e poços escavados das áreas prioritárias, dentro e a montante dessas áreas	Identificação de ocorrências e encaminhamento às autoridades competentes	Alta	Ter acúmulo de água, com segurança, mantendo o fluxo e atendendo a todos	IDAF; PMCB; ICMBIO; IEMA; Empresas	PMCB, Parcerias	Decreto de Recursos Hídricos; Decreto de Barragens	Contínuo	número de barragens e poços escavados com as devidas licenças em relação ao total							
	ET5E 4A2	Conciliar ações do PMMA com as ações dos Comitês de Bacias Hidrográficas, através da participação e parcerias/convênios	Realizar atividades dos Comitês no Município; PMMA divulgado no comitê e servindo como base para seu planejamento	Alta	Intensificar ou fortalecer as ações dos Comitês no Município	PMCB; Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios São Mateus e Itaúnas	Comitês de Bacia	Política Nacional de Recursos Hídricos	Contínuo	número de ações conjuntas realizadas							
Estratégia 5 - Incentivar, estimular e apoiar a criação de RPPN	ET5E 5A1	Elaboração de Programa Municipal de incentivo à criação de RPPNs.	Programa de incentivo criado; 2 RPPNs criadas	Média	A RPPN é uma garantia de conservação em áreas particulare	proprietários interessados, PMCB, ONGs, Governo Estadual, parceiros	PMCB; FUNBARRA	SNUC	2017, contínuo	Programa criado; número de RPPNs criadas							

					s e deve ser estimulada principalmente nas áreas prioritárias para conservação.												
Estratégia 6 - Identificar áreas aptas a serem cadastradas no Programa REFLORESTAR	ET5E 5A2	Elaborar banco de dados com proprietários rurais, localizados nas áreas prioritárias, a participarem do Programa REFLORESTAR	Efetivar o cadastro do nº de propriedades disponíveis pelo Programa REFLORESTAR para o território de Conceição da Barra	Média	Manter, recuperar e ampliar a cobertura florestal, com geração de oportunidade e renda para o produtor por meio da adoção de práticas de uso amigável dos solos.	proprietários interessados, PMCB, Governo Estadual	Governo Estadual	Certidões negativas federal, estadual e municipal, CCIR, ITR. Adequação de propriedade rural. Novo Código Florestal.	2016, contínuo	Número de cadastros realizados							

5. ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO

A identificação das áreas prioritárias para a conservação e recuperação da Mata Atlântica em Conceição da Barra, foi feita através do mapeamento do uso e ocupação da terra com base nas ortofotos cedidas pelo IEMA, em escala de fotointerpretação, garantindo a acurácia e precisão nos resultados e a identificação de toda cobertura florestal, cursos hídricos, áreas degradadas, culturas agrícolas entre outros de extrema importância para o planejamento da gestão ambiental territorial.

ÁREA	Referência	Proposta de Usos e Ações	Justificativa	Área em ha
CO-01	Riacho Doce	Intensificar ações de fiscalização e controle ambiental. Indicar para implantação de Reservas Legais, RPPNs, proteção de APPs. Indicar parte da área para ampliação do PEI.	Área que abriga espécies endêmicas raras, e conecta o PEI à REBIO do Córrego Grande.	1.266,93
CO-02	Maçços florestais (nordeste do município)	Turismo de observação de aves e criação de corredor ecológico. Indicar para implantação de Reservas Legais, RPPNs, proteção de APPs e áreas úmidas.	Conectividade entre as áreas de fragmentos maiores de 100ha e o Parque Estadual de Itaúnas. Travessia para espécies silvestres na malha viária existente (ES-209).	1.689,99
CO-03	Fragmentos no entorno do Assentamento Paulo Vinha	Conservação da fauna e flora; Trabalho conjunto com assentamento.	Remanescentes florestais com mais de 100ha. Travessia para espécies silvestres na malha viária existente (ES-209).	851,81

CO-04	Mata da Queixada	Indicar para implantação de Reservas Legais, RPPNs, proteção de APPs.	Conectividade entre remanescentes florestais e PEI;	1.038,14
CO-05	Parque Natural Municipal Conceição da Barra + entorno	Desenvolvimento de atividades educativas, turismo sustentável, pesquisas. Necessidade de enriquecimento ecológico e plantio de mudas.	Área com potencial para desenvolver educação ambiental e turismo sustentável; fragmento de restinga em área urbana.	21,10
CO-06	Manguezal da foz do rio São Mateus	Área voltada para conservação, desenvolvimento de turismo sustentável/ecoturismo, educação ambiental e enriquecimento ecológico. Parque Linear na área urbana.	Área com presença de restinga e mangue afetada por invasões, poluição e turismo desordenado.	1.520,99
CO-07	Litoral de Conceição da Barra	Atividades educacionais, de lazer e recreação, proteção da restinga, turismo sustentável e enriquecimento ecológico.	Faixa de marinha. Área importante dentro da APA, para realização de pesquisas científicas e de beleza cênica.	38,78
CO-08	Reserva legal da Fibria	Incentivo à criação de RPPN, atividades de educação ambiental e turismo sustentável, plantio de mudas e enriquecimento ecológico.	Área favorável à implantação de RPPN. Restingas do entorno.	850,37
CO-09	Fragmentos do oeste (BR-101)	Indicar para implantação de Reservas Legais, RPPNs, proteção de APPs.	Remanescentes florestais com mais de 100ha	415,16

CO-10	Fragmentos do oeste II (BR-101)	Indicar para implantação de Reservas Legais, RPPNs, proteção de APPs.	Remanescentes florestais com mais de 100ha	264,73
CO-11	RL Suzano (próximo a FLONA do Rio Preto), RL da Alcon e APP de conexão	Enriquecimento ecológico e melhora na fiscalização da área com intuito de evitar o raleamento da floresta. Atividade de educação ambiental visando a sensibilização dos moradores quanto a importância deste remanescente florestal e isolamento da área.	Zona de amortecimento da FLONA do Rio Preto e corredor ecológico em potencial. RLs da ALCON e Suzano	831,17
CO-12	Fragmento noroeste, divisa com Pedro Canário (RL da Suzano)	Indicar para implantação de Reservas Legais, RPPNs, proteção de APPs.	Remanescentes florestais com mais de 100ha	212,86
CO-13	Divisa com Bahia	Indicar para implantação de Reservas Legais, RPPNs, proteção de APPs.	Remanescentes florestais com mais de 100ha	103,44
CR-01	Paulo Vinha, Santa Isabel e C. Santa Helena	Recuperação de mata ciliar, enriquecimento vegetativo, educação ambiental, turismo de base comunitária e implementação de sistema agroecológico.	Conectividade entre a REBIO Córrego Grande e o Parque Estadual de Itaúnas, juntando com a CO-01.	485,18

CR-02	Vigia (Bifurcação entre Riacho Doce e Assentamento)	Recuperação da mata ciliar, fortalecimento do ecoturismo por meio de trilhas interpretativas, plantio de mudas e indicação para ampliação da área do PEI.	Endemismo de fauna e flora, presença de contribuintes hídricos e grande incidência de aves. Entorno do PEI.	531,84
CR-03	Meleiras/Barreiras	Criação de UC, turismo sustentável, plantio de mudas e enriquecimento ecológico.	Fragmento de restinga. Região afetada pela caça, desmatamento, invasões e turismo desordenado, com grande valor afetivo para a comunidade.	1.330,79
CR-04	Córrego grande e Roda d'água	Plantio de mudas e enriquecimento ecológico. Recuperação de APPs.	Área de preservação permanente com potencial de conectividade entre remanescentes. Ligado CO-04.	1.134,59
CR-05	Córrego Bentinho, Córrego do Piabas, Córrego do Sapato e Rio Santana	Recuperação das nascentes e APPs, educação ambiental e plantio de mudas.	Cursos d'água de grande valor para a comunidade tradicional que o utiliza para a pesca.	1.048,94

<p>CR-06</p>	<p>Cursos hídricos localizados nas comunidades de Palhal, Coxi, São Domingos, Paraíso, Córrego do Macuco, Sayonara, Angelin e Linharinho.</p>	<p>Recuperação e conservação da APPs, recuperação das nascentes e plantio de espécies nativas.</p>	<p>Predominância de comunidades tradicionais e região de importância hídrica. Conexão entre a RPPN Sayonara e Flona, pelo rio Angelin</p>	<p>4.152,68</p>
<p>CR-07</p>	<p>Rio Preto/ Itauninhas</p>	<p>Recuperação ambiental com isolamento e plantio de espécies nativas nas APPs.</p>	<p>Conexão com a FLONA do Rio Preto e conservação e recuperação dos recursos hídricos (abastecimento da comunidade).</p>	<p>483,44</p>
<p>CR-08</p>	<p>Entorno do Rio Itaúnas</p>	<p>Recuperação ambiental com plantio de mudas e enriquecimento ecológico bem como conservação dos trechos de fragmento existentes e desenvolvimento de turismo sustentável.</p>	<p>Área de mananciais com grande importância turística. Conexão entre PEI, Flona e Rebio.</p>	<p>2.695,19</p>

RE-01	Rio Angelim	Recuperação dos recursos hídricos, enriquecimento ecológico, turismo sustentável, educação ambiental, resgate e fortalecimento da identidade cultural local, bem como a retirada de plantas exóticas e plantio de nativas.	Área de preservação permanente e de grande importância cultural devido à comunidade Quilombola. Entorno próximo do PEI.	208,09
RE-02	Orla de Conceição da Barra	Educação ambiental, turismo sustentável, recuperação ambiental, plantio de mudas e enriquecimento ecológico.	Área ameaçada por invasão, desmatamento, depósito de lixo e turismo desordenado. Erosão marítima.	33,30
RE-03	Bairro Santo Amaro	Desocupação da área, turismo sustentável, recuperação ambiental, plantio de mudas, educação ambiental e enriquecimento ecológico. Implantação do Parque Linear.	Invasões em áreas de mangue. Áreas de risco.	10,16
RE-04	Porto Grande (próximo ao sítio Ilha da Kangoá)	Educação ambiental, recuperação ambiental, plantio de mudas e enriquecimento ecológico.	Área em risco devido a extração irregular de areia, depósito de lixo, invasões e desmatamentos.	127,50
RE-05	Porto da comunidade de Barreiras	Educação ambiental, plantio de mudas, recuperação ambiental e obra de contenção.	Risco geotécnico.	10,58

RE-06	Comunidade Barreiras/Cairú.	Desapropriação, educação ambiental, turismo sustentável, recuperação ambiental e plantio de mudas. Ações conjuntas com APA.	Potencial para conectividade ecológica, Restinga.	223,84
RE-07	Fazenda São Joaquim na divisa com a REBIO Córrego Grande	Recuperação ambiental com isolamento das APPs.	Zona de amortecimento da REBIO com pastagem degradada. APPs (curso d'água) e presença de espécies ameaçadas de extinção.	1.192,34